

# O engenheiro das Brizoletas

Por **Andrea Fioravanti Reisdörfer** | Jornalista

Foi no ano de 1959 que o engenheiro Leonel de Moura Brizola iniciou no Rio Grande do Sul um ousado programa voltado à educação. Ao assumir o governo do Estado, em 31 de janeiro do mesmo ano, o então governador elegeu a Secretaria de Educação como uma das importantes de seu governo, destaca Claudemir de Quadros, professor no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria e secretário-geral da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (Asphe).

A construção das escolas, que ficaram conhecidas como Brizoletas, surgiu num período em que a carência por educação era latente no país. “Em 1950, cerca de 50% da população brasileira era analfabeta. O índice médio de evasão no ensino estadual entre 1950 e 1958 foi de 19,64%, e o índice médio de reprovação foi de 35,39%. Se somados os dois índices, constata-se que 55,03% dos alunos matriculados não concluíam o ano escolar”, pondera Claudemir.

Brizola criou um grupo de trabalho que teve a missão de realizar um levantamento da situação em que se encontrava o ensino primário no Estado. A falta de vagas, de professores e o alto índice de analfabetismo e de evasão foram alguns dos dados apurados. Foram essas informações que serviram de base para a elaboração do Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, que estabelecia duas metas gerais a serem alcançadas pelo governo: a escolarização de todas as crianças em idade escolar dos 7 aos 14 anos e a erradicação do analfabetismo. Assim, o governo partiu para a implementação do programa Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul que, num primeiro momento, ficou conhecido como o Plano das Duas Mil, em razão da meta governamental de construir duas mil escolas em dois anos, explica o professor.

O Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (Sedep) foi o órgão encarregado de gerenciar o Programa de Expansão Descentralizada do Ensino Primário. O programa baseava-se na celebração de convênios entre Estado e municípios. Os municípios informavam ao governo quais eram suas necessidades em termos de prédios escolares e de salas de aula, e o Estado



**Brizola e João Caruso, secretário de Obras Públicas, na inauguração de uma Brizoleta**

fornecia-lhes os meios técnicos e financeiros para a execução das obras.

O professor, que também é autor dos livros *O Rio Grande Coberto de Escolas* (2003) e *Marcas do Tempo: Imagens e Memórias das Brizoletas* (2005), destaca que Brizola tomava como referência para o programa educacional o seu exemplo pessoal, de um sujeito que nascera pobre no interior do Estado, fora para a capital em busca de melhores oportunidades e venceu na vida graças ao acesso às oportunidades educacionais e ao trabalho. “Ele acreditava que se toda a população tivesse oportunidades semelhantes, se nenhuma criança ficasse sem escola, o seu caso que era exceção, poderia se tornar regra”, complementa o professor.

O projeto deu origem à construção dos prédios escolares que se popularizaram como “Brizoletas” ou as “Escolinhas do Brizola”. Nos quatro anos do governo Brizola (1959-1963), foram construídos 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos, e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos.

As escolas tinham algumas características bem específicas. “Eram feitas em madeira e, no geral, tinham uma ou duas salas de aula. O projeto arquitetônico das Brizoletas era padronizado, podendo variar o número de salas de aulas conforme cada plano de construção. Era relativamente simples, in-

cluindo, no geral, área para serviços administrativos, espaço para circulação e salas de aula, com capacidade para 35 alunos”, explica o professor. Ele complementa ainda que a opção pela construção de prédios de madeira no interior do Estado decorreu da relativa abundância de madeira no Estado, do menor custo em relação às construções em alvenaria, que foram realizadas apenas nas cidades de maior porte, da disponibilidade de mão-de-obra especializada em carpintaria ou marcenaria e, por último, da dificuldade de transporte para o interior dos materiais necessários para a construção de prédios de alvenaria.

No meio rural, com frequência, as condições e as possibilidades de acesso à escola eram, no geral, mais difíceis que no meio urbano. Os poucos prédios escolares, as grandes distâncias e a participação das crianças nas atividades agrícolas eram empecilhos concretos à frequência normal à escola.

“O desenvolvimento desse proje-



**A forma de colocação das tábuas era uma característica na construção das Brizoletas**

to, que ainda sobrevive na memória de muitas pessoas, representou uma possibilidade muito efetiva de acesso a oportunidades educacionais. Nesse sentido, para atingir os seus fins, o governador não poupou ações e nem recursos no âmbito educacional: aumentou impostos, elevou o orçamento da Secretaria da Educação e Cultura, construiu escolas, contratou professores, ofereceu bolsas de estudos e apoiou, como poucos, as escolas privadas”, destaca Claudemir.

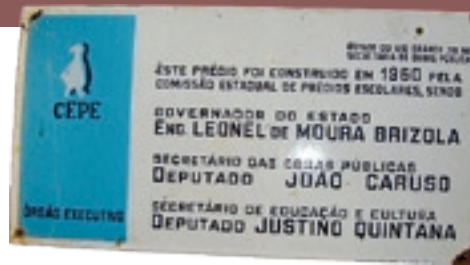
### Um dos maiores arboretos

Começou a funcionar em março de 1961 na Linha Sérvia, comunidade rural localizada no interior de Barão do Cotegipe, no Alto-Uruguai, a Escola Rural Linha Sérvia. Segundo Vilson Tonin, aluno da escola na década de 1960, foi seu pai, um dos pioneiros da comunidade, que na época se responsabilizou pelo transporte da madeira para construção da escola. Segundo ele, a grande novidade foi a utilização de tábuas atravessadas quando o comum eram serem colocadas no sentido vertical. Seu Vilson diz lembrar do pai acorrentando os pneus do caminhão, um chevrolet a manivela, para fazer o transporte da madeira. Ele relata que as estradas eram picadas, o caminhão, uma máquina com pouca força e muita madeira para transportar. A área onde foi construída a escola e, posteriormente, o arboreto foi adquirida pela comunidade da Linha Sérvia e doado ao Estado para a construção da escola.

O engenheiro civil Almiro Sylvio Badalotti foi responsável pelas obras de construção das Brizoletas da região do Alto-Uruguai. “A movimentação era impressionante. As pessoas aguardavam as escolas dada à carência que existia na educação. O povo estava impregnado dessa boa idéia de fazer com que as escolas chegassem a todos os cantos do RS”, diz o engenheiro de Erechim.

A construção da Linha Sérvia era um prédio em madeira, medindo 20 metros de comprimento, por 8 metros de largura, sendo que a distribuição espacial destes 160 metros quadrados estava organizada da seguinte forma: duas salas de aula de 8 metros de comprimento por 5 metros de largura, a secretaria, a despensa, cozinha, duas salas, uma sala de visitas e uma galeria frontal.

“A construção da escola nesta área proporcionou a formação escolar de um grupo muito grande de agricultores, uma vez que a escola que existia na comunidade não atendia a toda a



demanda. Como no período de construção, a área pertencia ao município de Aratiba, não há documentação que possa comprovar de maneira mais fidedigna as informações disponíveis, nem mesmo quantificar quantos alunos tenham estudado na escola. O que se pode afirmar é que os moradores de todas as comunidades adjacentes à escola tiveram a oportunidade de se escolarizar no meio rural em função da escola”, explica Almiro.

Em 1975 a escola foi ampliada, agregando a denominação Agroflorestal. “Desde sua ampliação, concluíram o ensino fundamental 296 alunos, é possível afirmar que mais de mil alunos tenham passado pela Brizoleta”, destaca a diretora Ducilene Fátima Basso. Hoje a escola possui quatro salas de aula e um almoxarifado.

Criadas para atender essencialmente as comunidades rurais, que tinham dificuldades de freqüentar as escolas em razão da distância, entre outros fatores, o trabalho escolar desta Brizoleta sempre teve uma forte ligação com a localidade na qual estava inserida. Em meio à forte onda de êxodo rural e à crise na agricultura, a Escola lançou em 1996 o programa de educação ambiental “Educar e Preservar”, iniciativa pioneira com proposta pedagógica voltada à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. “A criação deste programa resgata a valorização da educação rural e a união da comunidade. Hoje esta iniciativa é referência nacional em educação ambiental”, enfatiza o Secretário da Agricultura de Barão do Cotegipe, Valdecir Balestrin.

A comunidade realmente tem do que se orgulhar. “A área de 4,2 hectares abriga o primeiro Arboreto do Alto Uruguai, e o terceiro maior do Sul do país, segundo a Embrapa Florestal. É um verdadeiro museu vivo de árvores, que hoje possui mais de 250 espécies diferentes de árvores nativas e exóticas plantadas por alunos e professores da Escola Agroflorestal, além de pais de alunos, agricultores, entre outros membros da comunidade”, destaca o eng. florestal Roberto Ferron, um dos colaboradores do Arboreto.

No local, também foi implantada uma floresta demonstrativa, a primeira da região, com o objetivo de viabili-



Colaboradores e professores em frente à Brizoleta, hoje Escola Agroflorestal São José

zar um experimento florestal que viesse a suprir as necessidades de consumo das pequenas propriedades rurais da região. Além disso, tinha o objetivo de analisar uma atividade florestal que beneficiasse ecológica e economicamente a pequena propriedade rural. “Há a pretensão de transformar a região em um pólo madeireiro, já que se observa a carência desse recurso nas proximidades regionais”, revela o secretário.

Balestrin foi aluno, professor, diretor da escola e sente-se orgulhoso pela conservação do prédio, espaço onde estudou e, posteriormente, pôde pôr em prática os fundamentos de uma educação básica voltada para a viabilidade da pequena propriedade e para o desenvolvimento sustentável, através de práticas agroecológicas. Quando professor foi o responsável pela implantação do Programa em Educação Ambiental “Educar e Preservar” e, durante muitos anos coordenou os projetos ambientais, florestais e agroecológicos desenvolvidos na escola.

“Historicamente a construção das Brizoletas da forma como se deu, garantindo para a escola uma área de terra significativa, era uma garantia de espaço para experiências significativas no âmbito de se promover uma verdadeira educação voltada para o campo. Lamenta-se o fato de esses prédios terem sido abandonados e em muitos casos até mesmo destruídos, anulando-se assim uma parte do processo educacional do Estado, que atualmente, pela ótica da preocupação com a questão ambiental, a questão do desenvolvimento sustentável, evidencia-se o quanto a determinação da implantação dessas escolas significavam e significam um avanço no sentido de se viabilizar uma educação rural com qualidade”, conclui Valdecir.

As fotos em preto e branco foram tiradas do livro *Marcas do Tempo: Imagens e Memória das Brizoletas*, do professor Claudemir de Quadros.